



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

Diálogos

Multissindicais

Jornal digital mensal do Fonacate
Edição 07 - 05/02/2024

**Fonacate, Fonasefe e
centrais convergem
em contraproposta
ao governo**



**Presidente do Fonacate
participa de série de
entrevistas especiais
do portal Jota**



Fonacate, Fonasefe e centrais convergem em contraproposta ao governo


Documento, encaminhado em 31 de janeiro ao MGI, elenca demandas salariais e não salariais

As representações de carreiras do Executivo federal que integram o Fonacate subscreverem e encaminharam ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) uma contraproposta conjunta com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e com centrais sindicais. O pleito, que converge com contraproposta enviada em 10 de janeiro, foi apresentado ao governo no último dia 31. O vice-presidente de Comunicação e presidente do SINAL, Fábio Faiad, representou o Fonacate na oportunidade.

Na avaliação das lideranças das afiliadas ao Fonacate, a unificação da pauta pode acelerar o

andamento das tratativas com o MGI no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). O documento elenca demandas salariais e não salariais.

Em relação à questão remuneratória, as signatárias requerem uma recomposição de 34,32%, em três parcelas (2024, 2025 e 2026), para os servidores que receberam a última parcela do acordo de 2015 em 2017; e 22,71%, também em três parcelas, para aqueles que receberam o último reajuste em 2019, como é o caso das carreiras de Estado. “A proposta de reajuste zero para 2024, além de reforçar a exclusão de aposentados e pensionistas, desconsidera o arrocho salarial dos últimos anos”, destaca trecho do ofício remetido ao Ministério.



Outro ponto abordado na contraproposta é o reajuste dos benefícios. As entidades de classe reiteram o pedido pela isonomia com os demais poderes. No documento, as representações lembram que, “por iniciativa do próprio governo, os impedimentos previamente existentes no PLDO para que a equiparação ocorresse foram removidos quando da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Já no que diz respeito ao aspecto não remuneratório, os fóruns e as centrais cobram o atendimento integral do pedido de “revogação” de dispositivos que representam retrocessos para os servidores, como o Decreto 10.620/2021, que transferiu aposentadorias e pensões

de uma série de órgãos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e a Instrução Normativa 54/2021, que coíbe o exercício do direito de greve no serviço público federal. As entidades solicitam também, dentre outros pontos, celeridade nas resoluções dos pleitos apresentados nas mesas setoriais.

Por fim, o documento exige “o agendamento imediato de nova reunião da Mesa Central de Negociação com a bancada sindical para dar continuidade às negociações a partir do exposto”.

Clique [aqui](#) para conferir a contraproposta na íntegra.

Acompanhe atualizações em nosso site fonacate.org.br.

Presidente do Fonacate participa de série de entrevistas especiais do portal Jota

Reforma administrativa, remuneração, concurso público, negociação e avaliação de desempenho foram temas em destaque

O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, concedeu entrevista à newsletter Por Dentro da Máquina, do portal Jota, na última semana. Na conversa com o jornalista Roberto Maltchik, falou, dentre outros pontos, das perspectivas acerca de matérias de interesse dos servidores no Congresso Nacional, bem como das discussões em curso no Poder Executivo sobre a modernização do setor.

“O governo tem que se antecipar. Tem que dizer o que ele quer para o futuro do serviço público brasileiro” afirmou Marques, que integra a Câmara Técnica de Transformação do Estado, criada no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico

Social Sustentável (Conselhão).

Reforma administrativa, remuneração, concurso público, negociação e avaliação de desempenho foram alguns dos principais temas abordados na entrevista, publicada em 30 de janeiro. “O que nós pedimos, e o governo está elaborando uma proposta para encaminhar ao Congresso, é um projeto de lei que trate não só da avaliação de desempenho, mas da gestão de desempenho. Nós não temos medo de um projeto de avaliação de desempenho que sirva para exigir que cada servidor entregue, proporcionalmente, o que o Estado o recompensa”, argumenta ainda o presidente do Fonacate.

Clique [aqui](#) para ler na íntegra a entrevista, que encerrou uma série com diferentes atores ligados ao serviço público.



SRTVN Qd 702 Bloco P Edifício Brasília Rádio Center, Ala B,
1º andar salas 1029 a 1031. CEP: 70.719-900. Brasília - DF